

VOTO GCS-2

PROCESSO: TCE/RJ Nº 221.506-9/21

**ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MESQUITA – MESQUITA PREV**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO.
NOTIFICAÇÃO. COMUNICAÇÃO. ACOLHIMENTO
DAS RAZÕES DE DEFESA. ATENDIMENTO
PARCIAL À DECISÃO PLENÁRIA. AUSÊNCIA DE
ELEMENTOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO DE
JUÍZO SOBRE A MATÉRIA.**

**COMUNICAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELAS
CONTAS. DETERMINAÇÃO DE ENVIO DE
DOCUMENTOS E ESCLARECIMENTOS.
COMUNICAÇÃO AO ATUAL RESPONSÁVEL PARA
FRANQUEAR ACESSO AOS GESTORES AO
ACERVO DOCUMENTAL DA ENTIDADE.**

Versam os autos sobre a Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev), relativa ao exercício de 2020, de responsabilidade dos Srs. Murilo Sanches Rodrigues, pelo período de 01/01 a 16/03/2020, e Leandro Machado Ferreira, no período de 17/03 a 31/12/2020.

Em apreciação do feito, datada 02/06/2023, proferi decisão monocrática nos seguintes termos:

I – Pela NOTIFICAÇÃO dos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03 a 31/12/2020), com fundamento no inciso II do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de **15 (quinze) dias, apresentem razões de defesa** para os fatos apontados abaixo, **alertando-os** para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90 e que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas:

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

II – Pela COMUNICAÇÃO ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, com fundamento no inciso I do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de **15 (quinze) dias, encaminhe os esclarecimentos e documentos abaixo elencados, alertando-o** da sanção prevista no artigo 63, IV da Lei Complementar Estadual nº 63/90:

Documentos:

- 1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras**, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;
- 2) Certificado de Auditoria**, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua **categoria profissional** e sua **inscrição no CRC**;
- 3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial** realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- 4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades** encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

Esclarecimentos:

- 5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão a documentação referente ao setor de tesouraria, aos bens patrimoniais e aos bens em almoxarifado;**
- 6) Quanto à instauração da Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;
- 7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;**
- 8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:**

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido – BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E) = (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

10) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

A fim de dar cumprimento à referida decisão, foram expedidos ofícios aos jurisdicionados que, em resposta, remeteram elementos que consubstanciaram os documentos a seguir elencados:

OFÍCIO Nº	DESTINATÁRIO	RESPOSTA
PRS/SSE/CGC/NP 015311/2023	Sr. Murilo Sanches Rodrigues	Doc. nº 16456-9/2023 Doc. nº 17054-4/2023 Doc. nº 17849-7/2023 Doc. nº 19027-5/2023
PRS/SSE/CGC/NP 015312/2023	Sr. Leandro Machado Ferreira	Doc. nº 14197-1/2023
PRS/SSE/CGC/ 015313/2023	Sra. Catia da Silva Ferraz	Doc. nº 14197-1/2023 Doc. nº 20176-1/2023

Diante do atendimento intempestivo às notificações direcionadas aos Srs. Murilo Sanches Rodrigues e Leandro Machado Ferreira, foram expedidos, respectivamente, os certificados de Revelia nº 316/23 e nº 317/23.

Procedido o reexame da presente prestação de contas, o Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, concluiu seu relatório da seguinte forma:

Ante o exposto, SUGERIMOS:

I – ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas pelo Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e pelo Sr. **Leandro Machado Ferreira**;

II – CANCELAMENTO DA REVELIA imposta ao Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e ao Sr. **Leandro Machado Ferreira**;

III – NOTIFICAÇÃO a Sra. **Cátia da Silva Ferraz**, atual Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita, nos moldes do inciso II do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023, para que apresente razões de defesa acerca da falta de atendimento integral da decisão de 02/06/2023, sem prejuízo do encaminhamento dos seguintes documentos e esclarecimentos:

Documentos:

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

Esclarecimentos:

2) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17**, arquivando no órgão a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**;

3) Quanto à instauração da **Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

4) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

IV – COMUNICAÇÃO ao Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e ao Sr. **Leandro Machado Ferreira**, gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita no exercício de 2020, nos moldes do inciso I do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023, para que tomem ciência da decisão a ser prolatada por este Tribunal, **alertando-os** de que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas não se opôs à sugestão da Instância Instrutiva.

É o Relatório.

Conforme exposto em meu relatório, em 02/06/2023, decidi pela **(i)** notificação dos Srs. **Murilo Sanches Rodrigues** e **Leandro Machado Ferreira**, gestores do

MesquitaPrev no exercício de 2020, para apresentação de razões de defesa pela aplicação em fundos de investimentos que figuram na lista de aplicações não elegíveis aos RPPS e *(ii)* comunicação ao atual Gestor do MesquitaPrev para encaminhamento de documentos e esclarecimentos pendentes.

Em atenção à notificação constante do item (i) da referida decisão, os Srs. Murilo Sanches Rodrigues e Leandro Machado Ferreira alegam, em síntese, que os fundos: Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49 e W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90 são constituídos sob a forma de fundos fechados, que representam aqueles em que as cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo. A entrada e a saída de cotistas não são permitidas.

O Sr. Leandro Ferreira afirma ainda que os investimentos foram realizados na gestão anterior e que a ação empreendida é o acompanhamento de tais ativos.

O zeloso corpo instrutivo considerou pertinente as defesas apresentadas, diante da confirmação, através de relatórios dos fundos, que se tratam de investimentos que não permitem o resgate das cotas. Além disso, constatou, de fato, por meio do balancete analítico, que a aplicação nos fundos em questão ocorreu em exercícios anteriores ao da presente da prestação.

Sendo assim, sugere, o acolhimento das razões de defesa apresentadas, com o que concordo integralmente.

Considerando o atendimento intempestivo aos termos dos ofícios PRS/SSE/CGC/NP nº 15311/23 e 15312/23, a CPR emitiu os certificados de revelia nº 316/2023 em nome do Sr. Murilo Sanches Rodrigues e nº 317/2023 em nome do Sr. Leandro Machado Ferreira.

Contudo, diante das defesas apresentadas pelos notificados, corroboro a sugestão do Corpo Técnico e farei incluir no dispositivo do meu voto o cancelamento dos referidos certificados emitidos.

No que concerne à comunicação (item II da decisão), em relação aos documentos solicitados, a Sra. Cátia da Silva Ferraz: não enviou o quadro auxiliar das disponibilidades financeiras (II.1); providenciou o envio do certificado de auditoria com

as devidas identificações e assinatura (II.2); apresentou cópia do relatório de avaliação atuarial com data focal divergente do solicitado (II.3), portanto, será ressaltado quando do julgamento desta prestação e não encaminhou a Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades encontradas em relatório de auditoria (II.4), porém sua manifestação acerca das medidas adotadas foram consideradas suficientes para atendimento do item.

Quanto aos esclarecimentos solicitados nos itens 5 e 6 da decisão reproduzida no relatório, as respostas apresentadas pela jurisdicionada não vieram acompanhadas de documentos que comprovassem suas alegações, e, portanto, não foram suficientes para o atendimento.

Em relação ao esclarecimento solicitado no item 7, tendo por base os Demonstrativos dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes referente aos exercícios de 2019 e 2020 enviados pela jurisdicionada para fins de comprovação de paridade entre os citados exercícios, a especializada conclui em seu exame que a divergência apontada é decorrente dos valores díspares de restos a pagar não processados e processados apresentados nos demonstrativos. Assim, considero acertada a seguinte propositura da instância técnica:

(...)Entretanto, não é possível simplesmente alterar os dados do demonstrativo, mas se faz necessário um ajuste conforme normas contábeis vigentes.
Entendemos que possa ser objeto de ressalva/impropriedade quando da análise final desta prestação de contas.

Análise similar foi empreendida para o item 8 da decisão, o qual retrata divergência no saldo patrimonial apurado pela especializada e o demonstrado no balanço patrimonial, relacionada a evidências de falhas no sistema contábil do município, a ser considerada quando do julgamento destas contas.

Objeto do item 9, que versa sobre termo de parcelamento de débitos do Município de Mesquita com seu RPPS, nº 361/2021, que consta como “cancelado” no sistema CADPREV, foi considerado saneado pelo corpo instrutivo, uma vez que, em consulta ao referido sistema, verificou-se que o termo de parcelamento 884/2022, autorizado pela Lei nº 1194 de 04/05/2022, engloba o período de competência do termo

anterior e encontra-se em situação regular.

A argumentação da jurisdicionada para o esclarecimento solicitado no item 10 não foi suficientemente satisfatória para seu saneamento, pois carece de demonstrativos contábeis que comprovem o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, logo, será reiterado na conclusão deste voto.

A vista do até aqui exposto, a análise levada a efeito pelo zeloso corpo instrutivo, acompanhada pelo douto Ministério Público de Contas, aponta a ausência de elementos necessários para um juízo de valor acerca desta prestação de contas.

Considerando a necessidade de envio de documentos e esclarecimentos para saneamento do presente processo, não vejo óbice em acompanhar a sugestão, no que tange ao conteúdo, apresentada pela unidade técnica.

Porém, divirjo do encaminhamento direcionado à atual diretora do instituto para apresentação de razões de defesa acerca da falta de atendimento integral à decisão de 02/06/202, sem prejuízo do encaminhamento dos documentos e esclarecimentos ainda pendentes.

Com relação ao déficit informacional ainda remanescente, entendo eficaz e adequada a comunicação aos Srs. Murilo Sanches Rodrigues e Leandro Machado Ferreira, que, de fato, têm o dever de prestar contas relativas ao exercício em análise, para envio dos elementos ausentes.

Nessa esteira, acrescento comunicação a atual Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita para que tome ciência desta decisão e franqueie o acesso à documentação necessária aos responsáveis pelas contas para que tragam aos autos as informações demandadas.

Isto posto, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com a sugestão do corpo instrutivo e com o parecer do Ministério Público Especial e

VOTO:

I – Pelo **ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pelo Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e pelo Sr. **Leandro Machado Ferreira**.

II – Pelo **CANCELAMENTO DA REVELIA** imposta ao Sr. **Murilo Sanches Rodrigues** e ao Sr. **Leandro Machado Ferreira**;

III – Pela **COMUNICAÇÃO** aos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03 a 31/12/2020), com fundamento no inciso I do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, devendo o chamamento processual ser materializado conforme o artigo 17 ou 19 do mesmo regramento, para que no prazo de **15 (quinze) dias, encaminhe os esclarecimentos e documentos abaixo elencados, alertando-os** da sanção prevista no artigo 63, IV da Lei Complementar Estadual nº 63/90:

Documento:

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

Esclarecimentos: (acompanhados de documentação comprobatória)

2) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17**, **arquivando no órgão** a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**;

3) Quanto à instauração da **Tomada de Contas** mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

4) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

IV – Pela COMUNICAÇÃO à atual Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita, nos termos do artigo 15, inciso I do Regimento Interno desta Corte, devendo o chamamento processual ser materializado conforme o artigo 17 ou 19 do mesmo regramento, para que tome **CIÊNCIA** desta decisão e **FRANQUEIE** o imediato acesso aos gestores responsáveis pelas contas ao acervo de processos e documentos, de modo a que possa obter os documentos e esclarecimentos requisitados por este Tribunal, alertando-a de que o descumprimento desta decisão enseja a sua responsabilidade solidária, nos termos do art. 125, § 1º a 3º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

GCS-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA